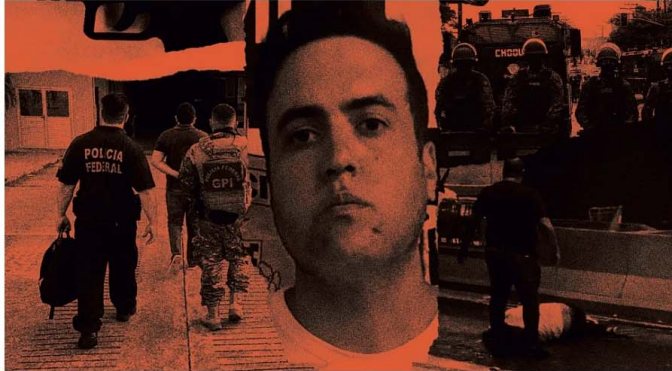


Ligação de policiais com o PCC se estende da propina à pistolagem

PARCERIA COM O CRIME



QUANDO O PCC USA FARDA
Em 5 anos, 111 policiais foram acusados de ligação com a maior facção do país

ALINE RIBEIRO e RAFAEL SOARES

Em 3 de fevereiro de 2018, a Corregedoria da PM de São Paulo recebeu uma ligação relatando que, naquele mesmo dia, agentes de um batalhão da Zona Sul da capital haviam detido três suspeitos durante uma patrulha. Os bandidos, porém, não foram levados à delegacia os policiais contataram o chefe do tráfico local e negociaram a liberação de dois dos presos. Antes de desligar, sob condição de anonimato, o denunciante forneceu os números dos telefones usados para combinar o pagamento da propina e informou hora e local do 'acerto'. A Corregedoria confirmou os dados, pediu autorização judicial para interceptar as comunicações e passou o fio da meada do que se tornaria a Operação Ubitrajara, o maior processo da Justiça Militar brasileira — que culminou, em 2021, na condenação de 45 policiais, em segunda instância, por atuar em benefício do Primeiro Comando da Capital (PCC).

As relações da maior facção do país com as tropas estão expostas em números: levantamento do GLOBO em tribunais de Justiça revela que, desde 2019, 111 policiais de cinco estados e do DF se tornaram réus ou foram condenados por envolvimento com o PCC. É como se um agente de segurança tivesse sido acusado de ligação com o bando a cada 15 dias nos últimos cinco anos. Os casos incluem escorta de drogas em rodovias, auxílio em furtos de caixa eletrônica, levantamento sobre inimigos e até pistolagem em nome do crime. A acusação mais recente, contudo, é a de corrupção: 80% dos policiais identificados foram processados por receber propina. A partir de hoje, a série "Tropa do tráfico"

vai desbrincar esses laços entre agentes da lei e o PCC. A Operação Ubitrajara mostrou que a propina variava de R\$ 300 a R\$ 50 mil mensais. Uma ligação grampeada pela Corregedoria desmascara a negociação. "E aí, meu, alguma coisa para nós da loja aí ou nada?", perguntou, em abril de 2018, o cabo Rafael da Silva. O traficante identificado como Tucano pleiteou, então, o adiantamento da cobrança: "Começamos agora, tem que dar uns dias para nós darmos uma trabalhada". O PM amuiu, mas antecipou que exigiria R\$ 15 mil no mês seguinte. "Estamos em três, é o que eu cobro do povo".

Segundo a investigação, os policiais chegaram a dizer que contrariar advogados custaria mais e ameaçavam invadir a boca de fumo se o repasse não fosse feito. O sociólogo Gabriel Feltran, autor do livro "Tamilos: Uma história do PCC", explica que, pelas regras internas, os agentes não podem integrar a facção, mas a corrupção policial é vista como um meio de alcançar objetivos: "Só a ótica do PCC, não há uma parceria. Eles pagam, e a polícia faz o que eles querem."

PMS SÃO MAIORIA
A Polícia Militar soma mais nomes no levantamento (72), seguida das polícias Civil (32) e Penal (sete). Se os casos relativos a PMs são mais comuns, a cobra naqueles associados à Civil é maior. O agente Valdeir Paulo de Almeida é o investigador Valmir Pinheiro, por exemplo, são acusados de receber, em novembro de 2020, R\$ 800 mil de traficantes responsáveis pelo envio de toneladas de cocaína à Europa. O pagamento, diz o Ministério Público de São Paulo (MPSP), levou ao apenamento de um inquérito do Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (Denarc), onde a dupla era lotada.

ENVOLVIMENTO COM O CRIME



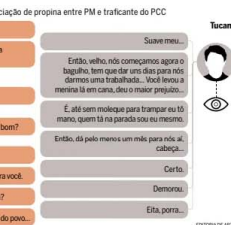
Por corporação (agentes) 111 policiais



Situação do processo



Tipo de ligação com o PCC



NEGOCIAÇÃO DE PROPINA

Conversa interceptada em 2018 mostra negociação de propina entre PM e traficante do PCC
PM Rafael da Silva
E aí, Tucano? Tranquilo?
E aí, meu, alguma coisa para nós da loja aí ou nada?
E não tem nada...
Entendi, tranquilo. Quanto dia tá bom?
O hoje é dia 14
Mês que vem dia 15 eu vou ligar para você.
Um real e cinco (R\$ 1.500), tá bom?
Estamos em três, é o que eu cobro do povo.

Tucano
Subiu meu...
Então, velho, não conseguimos agora o bagulho, tem que dar uns dias para nós darmos uma trabalhada... Você levou a merda lá em casa, deu o maior prejuízo...
É aí sem moleque para tranquilizar o túmano, quem tá na parada sou eu mesmo.
Então, dá pelo menos um mês para nós aí, cabeça...
Certo.
Demora...
Eita, porra...

gleri, consta no levantamento do GLOBO porque foi condenado pela Justiça em outubro por ajudar um chefe do PCC a tirar uma identidade falsa. Os demais, como ainda não foram denunciados pela Promotoria, não fazem parte da lista.

NEGÓCIO BRANCO DO DOUTOR

Outro delegado, no entanto, chegou a virar réu acusado de envolvimento com o PCC. Eduardo Peretti Guimarães é apontado pelo MPSP como integrante de uma quadrilha de policiais civis e militares que cobrava propina de integrantes da facção no Alto Tietê, na Grande São Paulo. O criminoso que se recusasse a pagar, tinha a boca de fumo invadida pelos agentes, que roubavam drogas, armas e dinheiro. Em ligação interceptada em 2021, dois informantes do delegado citam o "negócio branco" que receberam do "doutor" e até se preocupam com o produtor: "Deve tá bom ainda, não sei se melou por causa desse calor". Segundo o MPSP, era uma carga de cocaína roubada por Peretti e entregue à dupla para revenda. Além do delegado, são réus pelo caso mais três policiais civis e dois PMs.

Berço do PCC, São Paulo concentra 83% dos policiais do levantamento, que também evidenciam o elo da facção com agentes de outros estados. Em Roraima, uma operação da Polícia Federal (PF) revelou que quatro policiais penais da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, onde estavam presos chefes do PCC, recebiam propina para facilitar a entrada de celulares e drogas.

Um dos agentes é apontado como responsável por desviar uma arma da PM de Roraima apreendida com o traficante Denilson Rodrigues dos Santos, o Denilson PCC, morto em confronto com a polícia. Uma testemunha destacou a "relação próxima" entre bandido e policial penal. O quarto confessou os crimes e assinou um acordo de não-persecução penal com o MP.

O número de agentes com acusações de Justiça por vínculo com o PCC poderia ser maior. Dois processos contra seis policiais civis por ligação com a facção acabaram arquivados no ano passado após provas obtidas nos inquéritos serem consideradas ilegais.

Em um deles, três agentes eram acusados de pedir R\$ 5 milhões para devolver ao PCC uma carga de 400kg de cocaína. Contudo, o celular do advogado do traficante envolvido na tratativa foi apreendido em um shopping, e só havia mandado de busca e apreensão para o escritório do defensor. No outro, três policiais respondiam por sequestrar e extorquir um homem apontado como chefe do braço jurídico do PCC. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), porém, anulou provas obtidas no telefone da mulher do advogado, que não era alvo de mandado.

Por nota, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo afirmou que "não compactua com desvios de conduta de seus agentes" e pune irregularidades "com rigor". Já a defesa do PM Rafael da Silva apontou que o processo não transitou em julgado e questiona "diversas nulidades relativas às interceptações". A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania de Roraima não respondeu, assim como as defesas dos demais citados.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil Pagina: 15